

O DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO NO DEBATE CIENTÍFICO: UMA REFLEXÃO PARADIGMÁTICA A PARTIR DOS CLÁSSICOS

Ronaldo Guedes de Lima*

RESUMO

O estudo do mundo agrário e das relações de produção no capitalismo tem sido alvo de um atento debate político e acadêmico, iluminado por diferentes correntes teóricas. No horizonte desse debate está o enriquecimento da compreensão e efetivação do desenvolvimento da agricultura familiar contemporânea. No presente artigo, construímos uma análise que, apoiada nos principais paradigmas e autores-fonte, recompõe, historicamente, a questão do desenvolvimento agrário no terreno científico e sociológico, tendo em conta os cenários global e nacional. A análise que fazemos, ao passo que focaliza na clarificação dos diferentes enfoques teóricos, rumo à demonstração da validade e potencial de contribuição das obras/autores em estudo, para subsidiar – sem maniqueísmos e modismos – a edificação de uma nova síntese sobre o tema em tela.

Palavras-chave: desenvolvimento agrário, agricultura familiar, relações de produção.

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO: UMA VISÃO DOS AUTORES CLÁSSICOS

O estudo do mundo agrário no modo capitalista de produção remonta ao debate político protagonizado no passado entre diferentes correntes da sociologia agrária. Autoridades clássicas desse campo de estudo arquitetaram suas bases teóricas, que, na atualidade, fornecem ainda discussões calorosas e interpretativas sobre o avanço capitalista na agricultura.

* Engenheiro agrônomo, mestre em Desenvolvimento Regional pela Unisc, doutorando em Agronomia pela FAEM/UFPEL e bolsista da Capes. E-mail: ronaldol@viavave.com.br.

Teor. e Evid. Econ.	Passo Fundo	v. 13	n. 24	p. 139-160	maio 2005
---------------------	-------------	-------	-------	------------	-----------

O debate agrário começou a ganhar notoriedade no último quartel do século XIX nos países da Europa onde havia resquícios de formações sociais feudais.¹ Em contextos histórico-sociais e políticos diversos, Lênin, teórico russo, e Kautsky, teórico germânico, publicaram em 1899 as suas obras clássicas, que debatem o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Ambos adeptos da teoria de Marx, formularam alguns pontos congruentes acerca do crescente desenvolvimento capitalista nas estruturas agrárias. No entanto, entre os dois pressupostos, há uma nuance que os diferencia: em Lênin (1985), o traço básico é a diferenciação social do campesinato, rumo à proletarianização destes; já, em Kautsky (1980), é a tentativa de mostrar a superioridade técnica e econômica da grande exploração capitalista sobre a produção familiar, de maneira que os camponeses sofram expropriação com o avanço do capitalismo sem, contudo, que haja a desapareição destes, pois trata-se de um grupo social que subsiste, em razão do regime de auto-exploração de trabalho que se pratica na unidade e do baixo consumo dos membros do grupo familiar.

Através de um minucioso estudo estatístico de várias províncias e distritos russos, Lênin (1985, p. 35), em resposta à tese dos populistas,² argumentou “[...] que o processo de decomposição dos pequenos agricultores em patrões e operários agrícolas constitui a base sobre qual se forma o mercado interno na produção capitalista”. A realidade social do povo agrário russo (com mais de 80% da população vivendo no campo) evoluía, segundo Lênin, para a oposição de classe: de um lado, a formação de um proletariado rural pobre (que vende trabalho); de outro, uma minoria formada por uma classe

¹ Embasado em K. Marx, Lênin arquiteta a sua tese. Marx como importante teórico da economia política, chegou a classificar os camponeses como um grupo de bárbaros miseráveis, que dificultavam o progresso econômico, rumo à sociedade moderna. Tanto ele quanto os adeptos do evolucionismo europeu (do determinismo unilinear, da idéia do progresso, da felicidade para todos através da passagem, necessariamente, pelo capitalismo antes do socialismo), acreditavam na tese da desapareição dos camponeses. Para eles, os pequenos camponeses eram um estorvo à evolução histórica, uma classe reacionária fadada à ruína. Marx via na comuna camponesa russa um submundo arcaico, de pobreza material e débil contra às forças exploratórias externas. “*Su decadencia bajo el capitalismo seria necesaria*” (Marx apud Shanin, 1990, p. 31). Porém, o Marx tardio (pós-1870) admitiu a coexistência e a dependência mútua de formas sociais capitalistas e não capitalistas no espaço agrário. A natureza dual da propriedade individual e coletiva na Rússia oferecia ao Marx a suposição de duas vias de desenvolvimento: as comunas rurais (artel) ou seriam destruídas por um tipo específico de capitalismo de estado, ou se manteriam sob a revolução, dado aos seus aspectos corporativos de organização. Embora isoladas, logicamente, a permanência das comunas seria a melhor opção para o futuro socialismo na Rússia (Marx apud Shanin, 1990).

² “Corrente pequeno-burguesa do movimento revolucionário russo, surgida nos anos 60/70 do século XIX. Os populistas lutavam pela liquidação da autocracia, pela entrega das terras dos latifundiários aos camponeses. Consideravam-se socialistas, mas o seu socialismo era utópico. [Eles] negavam o caráter necessário do desenvolvimento das relações capitalistas na Rússia, viam na comunidade agrária o embrião do socialismo e pensavam, em conformidade com isso, que era o campesinato e não o proletariado a principal força revolucionária” (Lênin apud Netto, 1985, p. X). Os populistas acreditavam que era possível evitar o estágio do capitalismo burguês, passando diretamente das formações medievais ao socialismo do futuro, em face o traço comunitário e específico das instituições agrárias (comunidades aldeãs), predominantes, naquele país.

estruturada e rica (burguesia rural produtora de mercadorias), que se apóia no trabalho alheio pagando salários. No estrato intermediário estariam os camponeses médios, fadados ao fenômeno da descampesinação, ou seja, do deslocamento da maioria deles, em direção à proletarização; outros poucos se juntariam ao grupo dos camponeses ricos.

A tese leniniana da diferenciação social no campo apoiava-se nas bases de um processo inevitável que era a expansão capitalista no Ocidente. O evolucionismo e o materialismo histórico de Marx influenciaram as idéias de Lênin ao afirmar que, em seu país (a Rússia), não havia as condições de transitar diretamente de um modo de vida feudal para uma sociedade socialista, de base agrária. Era preciso passar pelo modo de produção da sociedade moderna, cuja base econômica mercantil é a divisão social do trabalho. O avanço do capitalismo, progressivamente, gera divisão social do trabalho, o que constitui, conforme Lênin (1985), o centro do processo de formação de um mercado interno numa economia capitalista. Para ele, a pobreza campesina do estrato inferior (assalariados agrícolas) não limitava o avanço do mercado interno. A continuidade da pobreza e o crescimento do mercado interno eram fenômenos simultâneos e necessários do processo evolutivo do capitalismo que tanto promove a industrialização como acelera o antagonismo de classe. O contingente social do estrato inferior, para continuar vivendo mesmo em condições paupérrimas, deveria assalariar-se, pois nas áreas ínfimas cultivadas a produção retirada era insuficiente.

A tese da tendência da diferenciação social (do crescimento do campesinato pobre e do proletariado agrário) não foi confirmada em nenhum dos países em que Lênin estudou³ (ABRAMOVAY, 1998). Para Abramovay, o surgimento da segunda obra marxista de Kautsky é também de caráter circunstancial, dado o conteúdo da diferenciação social dos produtores em classes sociais antagônicas que a obra kautskiana apresenta.

O elemento central da obra *A questão agrária*, de Kautsky, é a evidência de dominação do modo capitalista na sociedade, que engendra o processo de industrialização da agricultura. A trajetória desse processo começou pela desintegração dos camponeses da era medieval, devido a fatores industriais, comerciais e usurários, ou seja, a penetração do capitalismo no campo. Uma das primeiras dissoluções que a indústria urbana e o comércio determinaram foi a da indústria doméstica dos camponeses; além destas, outras situações de agravio da economia familiar agrária pré-capitalista marcariam a sua

³ Além dos estudos que Lênin conduziu no país pátrio, outros realizados nos EUA e na Alemanha também serviram de informação para que ele mostrasse a tese da diferenciação social dos camponeses. Dito de outra forma, “[...] do caráter verdadeiramente ilusório do crescimento de pequenas propriedades” (Abramovay, 1998, p. 42).

dissolução: a queda dos preços dos produtos, a cultivacão em áreas pequenas e o surgimento de instrumentos aperfeiçoados (considerados inviáveis aos pequenos) (KAUTSKY, 1980). Tais transformacões eram limitantes à produçãocamponesa; daí que o processo contraditório, com tendênciãa subordinar toda a populaçãorural, gera assalariamento e antagonismo de classes (KAUTSKY).

Valendo-se dos inventos aperfeiçoados proporcionados pelo desenvolvimento da técnica e da suposta neutralidade científica, as grandes explorações puderam, entãoo, aplicar a racionalidade moderna, melhorando a produtividade do trabalho e dos rendimentos físicos. Alêmdesses aspectos técnicos e econômico-comerciais que promovem a agricultura, de um modo geral, o caráter capitalista da produçãogrãria tem como consequênciãa o endividamento via empréstimos hipotecários (KAUTSKY, 1980).

Para Kautsky, a trajetória capitalista na agricultura subverte com a ruína de todos os que não têm a sorte de ingressar nas fileiras dos grandes capitalistas. A grande exploraçãoneste contexto da modernizaçãotecnológica leva vantagem sobre a pequena. Ao lado disso, as vantagens relativas ao crédito e ao comércio contam favoravelmente à grande empresa. Em tese, é a base extensa (criaçãode animais, melhoramentos infraestruturais, emprego de técnicas e máquinas, oferta de trabalho, razão para o lucro) que faculta superioridade à grande exploraçãoo (KAUTSKY).

Era de esperar, portanto, que as grandes explorações em lugar das pequenas se integrem com a indústria, em face das dificuldades técnico-econômicas e administrativas de serem incorporadas pelas pequenas explorações.⁴ Porém, o fato de Kautsky argumentar sobre a incompatibilidade entre progresso técnico e pequena exploraçãoo, na atualidade, mostra-se abolida (ABRAMOVAY, 1998).

O estudo de Abramovay não só contrariou aquela tendênciãainexorável ao declínio da forma de produçãofamiliar com a qual contavam os teóricos marxistas como apontou uma agricultura familiar dinâmica técnica e economicamente, integrada ao mercado com geraçãode grandes volumes de produto e alto valor da produçãoo em países capitalistas centrais como EUA, Canadá e outros da comunidade européia.

Muito embora Kautsky (1980) sinalize para a produçãocomercial a base da grande agricultura, com tendênciãa à proletarianizaçãodos camponeses, seus estudos apontaram limites da exploraçãocapitalista. Uma delas é que a pequena produçãode economia medieval persistiria. O próprio parcelamento (inclusive das grandes empresas) vai ga-

⁴ De acordo com Kautsky (1980, p. 286), a grande exploraçãoo é a que melhor serviria às necessidades da grande indústria agrícola. Com melhores condições financeiras, ela facilmente se adapta às exigências da indústria. Já, as pequenas unidades de exploraçãoo encontravam dificuldades de manter regularidade de abastecimento e uniformidade dos produtos.

rantir, segundo ele, o trabalho agrícola em pequenas áreas em combinação com o trabalho acessório.⁵ Kautsky admitia a existência da pequena exploração agrícola no capitalismo, porém de forma transitória, em razão do trabalho desempenhado por membros da família, como tentativa de compensar o atraso tecnológico das mesmas.

Daí “[...] resulta que não devemos pensar esteja a pequena propriedade territorial em vias de desaparecer, na sociedade moderna, ou que possa ser inteiramente substituída pela grande propriedade” (KAUTSKY, p. 186). Ambas, a grande e a pequena exploração, não se excluem na agricultura, pois as próprias corporações capitalistas junto com o Estado democrático tratam de restabelecer as explorações consideradas débeis economicamente.

Um terceiro estudo clássico sobre a evolução da questão agrária representa o referencial teórico de Chayanov, cuja obra fundamental surgiu no princípio do século XX. Adepto da corrente de pensamento “Escola de Organização e Produção”, Chayanov e seguidores formularam a teoria da organização da unidade econômica camponesa, um importante estudo com pressupostos divergentes à tese social-democrata da diferenciação social de Lênin (1985).

Foi através da compilação de relatórios orçamentários de unidades de exploração agrária de pequena escala, com a colaboração da experiência cotidiana de técnicos e trabalhadores nas cooperativas, que Chayanov (1974) pôde explicar as peculiaridades organizativas internas das economias de produção familiar russas e, assim, montar a sua tese. Seu foco analítico residia no balanço entre força de trabalho e consumo familiar. Esse equilíbrio⁶ na economia familiar assenta-se no entendimento de que a família depende trabalho ou energia para suprir as necessidades básicas do grupo e, secundariamente, para poupar ou investir em capital. Aliás, alguns entendem (ARCHETTI, 1974) que esse modelo de economia camponesa típica não consegue acumular capital.

O esforço teórico de Chayanov serviu para explicar a racionalidade e as particularidades da produção camponesa. Para ele, independentemente do sistema econômico

⁵ Em áreas minúsculas, a produção camponesa, insuficiente, torna-se acessória da família. O lar do camponês parece ao lar do proletariado, porque o trabalho remunerado está no primeiro plano. A mulher, os filhos menores e, às vezes, os idosos intensificam o trabalho do lar, especialmente durante as colheitas (KAUTSKY, 1980, p. 191).

⁶ As seguintes colocações aclaram o pensamento teórico do equilíbrio entre trabalho e consumo: “[...] el problema económico básico de la unidad de explotación agraria es una organización correcta y solidaria del trabajo del año estimulado por el simple requerimiento de la familia para cubrir su presupuesto anual y por el simple deseo de ahorrar o invertir capital si lo permiten las condiciones económicas del trabajo” (CHAYANOV, 1974, p. 56). Ele mesmo coloca que as possibilidades de realização de investimentos são dadas quando “[...] con una alta productividad de su fuerza de trabajo la familia camponesa tenderá naturalmente no solo a cubrir sus necesidades personales sino también a ampliar la renovación de capital y, en general, a acumular capital” (CHAYANOV, p. 133). Lembrando o que diz Archetti, isso não seria uma tendência das explorações camponesas.

em vigor, a economia camponesa se orienta pela organização interna do trabalho de seus componentes em moldes não-capitalistas, dada a ausência de assalariamento. A razão que a orienta não é o cálculo do lucro, mas a motivação para o trabalho, em situações que às vezes requerem a fadiga. Chayanov, observando esse comportamento no interior das unidades russas, argumentou o fato de que a cada queda nos preços dos produtos sucedia-se o aumento da produção, o que demonstra uma racionalidade não capitalista – do contrário a razão capitalista seria, imediatamente, a de reduzir a produção, quando os preços caem.

O trabalho cooperado da família, na ótica de Chayanov (1974), é o que determina o desenvolvimento das atividades ou o volume econômico gerado internamente. A mão-de-obra familiar é o elemento técnico-organizativo da produção. E o que determina o conjunto dessa força de trabalho é a composição e o tamanho da família. Com base nesses dois componentes e na constatação de tendência ao aumento da área dos estabelecimentos menores, Chayanov construiu a tese da “diferenciação demográfica” em oposição à “diferenciação social” que Lênin apreçoava para o caso da Rússia.

A base demográfica de Chayanov contrastava, portanto, com a tese da diferenciação social de Lênin: este via a desapareição (proletarização) dos camponeses, ao passo que aquele via a continuidade e o aumento dos estabelecimentos de economia familiar, como pode ser observado a seguir: “[...] son evidentes los elementos iniciales, embrionarios, de este nuevo campo, y que su crecimiento gradual cuantitativo en unas cuantas décadas deberá mejorar cuantitativamente nuestro agro, tanto no sentido económico como en el social” (CHAYANOV, 1974, p. 44).

A família campesina, vista por Chayanov como sendo aquela que não contrata mão-de-obra externa, que tem uma certa extensão de terra, possui os meios de produção e que às vezes se obriga a vender sua força de trabalho em ofícios rurais não agrícolas, deveria crescer numericamente com o passar dos anos, inclusive incorporando todo o progresso técnico disponível (que o processo capitalista em ascensão oferecia).

[...] deberá evolucionar históricamente el nuevo agro en la próxima década, habiendo convertido, por medio de cooperativas, una considerable parte de su economía en formas de producción socialmente organizadas. Deberá ser un campo industrializado en todas las esferas del proceso técnico, mecanizado e electrificado; un campo que ha aprovechado todos los logros de la ciencia y la tecnología agrícola (CHAYANOV, p. 43 - 44).

O futuro da unidade econômica camponesa parece se moldar às novas tendências do desenvolvimento capitalista. A perspectiva que se apontava em relação às relações entre as unidades familiares e a agroindústria eram em moldes capitalistas, caracterizadas pela integração vertical, não horizontal. Chayanov via dificuldades em manter os

atributos tradicionais do campesinato, em virtude do progresso técnico crescente e de uma agricultura cada vez mais integrada aos circuitos econômicos em escala mundial. De fato, a penetração agroindustrial na agricultura subordina a exploração familiar, mas não provoca a sua desapareição. “São capitais... que tomam conta das estruturas já existentes na agricultura, socializando-as, fazendo-as partes integrantes do grande mundo econômico, sem entretanto destruí-las” (ABRAMOVAY, 1998, p. 68).

Estudos sobre o avanço do capitalismo na agricultura, realizados por Lênin nos Estados Unidos sobre a exploração agrícola daquele país, por Hilferding, abordando o capital financeiro, e por Lyashchenko, abordando o capital comercial na Rússia, indicaram que a agricultura, para entrar no circuito do capitalismo internacional, não precisava criar unidades de exploração grandes sob a racionalidade capitalista, com compra de mão-de-obra. Todavia,

la agricultura, repitiendo las etapas del desarrollo del capitalismo industrial, sale de una existencia seminatural y se somete al capitalismo comercial que, a veces, bajo la forma de empresas comerciales en gran escala, conduce masas dispersas de unidades económicas campesinas hacia su esfera de influencia y vincula con el mercado a estos productores de mercancías en pequeña escala para subordinarlos económicamente a su influencia (CHAYANOV, 1974, p. 306).

A constatação-base é de que o processo de integração vertical de inúmeras unidades de produção dispersas e independentes é comandado técnico-economicamente pelo capital. Disso resultam a subordinação da agricultura, ao capital agroindustrial e as corporações financeiras em nível mundial. A pequena produção via se subverter a sua essência caracterizada no equilíbrio.

Um dos modos de penetração do capitalismo na agricultura consistia no interesse da maquinaria comercial por produtos de qualidade. Com frequência ela “[...] comienza a interferir activamente en la organización de la producción. Dicta las condiciones técnicas, aporta semillas y fertilizantes, determina la rotación y convierte a sus proveedores en ejecutores técnicos de sus designios y su plan económico” (CHAYANOV, 1974, p. 311).

Os novos padrões, como a quantidade, a qualidade e o abastecimento de mercadorias ditado pela agroindústria no seio da produção familiar conferiria aquela minimização de riscos. Nesse aspecto, a verticalização é mais interessante ao capital do que o processo de horizontalização em padrões que Lênin apontava. A seguinte colocação de Chayanov (1974) sintetiza as perspectivas que ele vislumbrava para a agricultura moderna: “[...] la agricultura, a pesar del carácter evidentemente disperso e independiente de los pequeños productores de mercancías, se transforma en un sistema económico

concentrado en una serie de grandes empresas y, a través de éstas, ingresa en la esfera controlada por las formas más avanzadas del capitalismo financiero” (p. 312).

O mesmo autor, fazendo menção ao processo de exploração capitalista na agricultura, diz que o modelo de concentração vertical confere ao capital um melhor retorno econômico do que a relação modelada na horizontalização da produção. “Además, transfiere en gran medida al agricultor los riesgos de la empresa del propietario el capital” (CHAYANOV).

Ainda que o modelo de integração vertical causasse mudanças das estratégias internas da unidade produtiva familiar, devido à política de mercado e do processamento da produção, o conjunto das unidades deveria incorporar a forma cooperativa, defende Chayanov. De modo que a dinâmica produtiva centrada nos empreendimentos necessários ao comércio, ao crédito, ao transporte, a irrigação, a produção e ao processamento não pertenceria aos proprietários capitalistas, mas aos pequenos produtores organizados em cooperativas.

Para Chayanov (1974), os principais métodos para organizar a agricultura russa eram a concentração vertical, mas particularmente organizadas em formas de cooperativas. Ele parecia acreditar nesse modelo futuro para “[...] superar el capitalismo de estado y pueda constituir la base para un futuro sistema económico socialista” (CHAYANOV, p. 315). Todavia, para Kautsky (1980), a cooperativa agrícola constituía-se num degrau para o capitalismo, não para o socialismo. Seu argumento inclinava-se da tendência da cooperativa, quando próspera, em expansão, tornar-se ela uma empresa capitalista. Em qualquer circunstância, seja a forma cooperativa, seja a empresa capitalista, que processa a matéria-prima agrícola, deve o camponês adaptar a sua unidade de exploração às necessidades da fábrica, afirma Kautsky.

A seguinte assertiva de Kautsky muito se assemelha às abordagens de Chayanov acerca do desenvolvimento (ou da penetração) do capitalismo no campo. “A usina de açúcar prescreve qual semente que o agricultor deve empregar e a maneira pela qual deve fazer adubação; a empresa de laticínios lhe prescreve qual a forragem que deve utilizar, a hora em que deve ordenhar, às vezes mesmo a espécie de vacas que deve manter” (KAUTSKY, 1980, p. 288). Ele próprio, citando o comportamento das relações de produção entre agricultores da Dinamarca e as cooperativas de leite, sendo estas as que controlam o processo produtivo daqueles, afirma: a unidade de exploração agrícola “[...] se torna um apêndice da exploração industrial, por cujas conveniências deve orientar-se. Ele [camponês] se torna um operário parcial da fábrica” (KAUTSKY, 1980, p. 289). A ênfase dessa relação, na visão de Kautsky é de reduzir o camponês à condição

de trabalhador a domicílio, pois, segundo ele, o camponês cai sob a dependência técnica e econômica, ou da indústria, ou da cooperativa.

É evidência de que a pequena exploração pode aceitar remunerações baixas e, portanto, continuar resistindo; é manifestação de um processo capitalista no campo que subordina as pequenas explorações. A redução da remuneração do trabalho camponês acontece porque o capital dominante anula a renda do solo (propriedade fundiária) e reduz o preço dos produtos agrícolas (AMIN, 1977). Segundo esse autor, “é certo que [o camponês] conserva a propriedade formal da terra, mas não tem mais sua propriedade real” (AMIN, p. 29). No entendimento de Amin, o camponês mantém a aparência de um comerciante disfarçado que oferece produtos no mercado a base de trabalho vendido.

A intervenção do capital dominante (complexo industrial e comercial alimentar) no processo produtivo da agricultura impõe, como vimos, estandardização dos produtos. Nessa condição, o proprietário mercante deixa de ser livre. Ele se reduz “[...] a uma condição vizinha à do proletariado a domicílio” (AMIN, p. 31-32).

Dessa reflexão teórica da questão agrária, o referencial chayanovista mostra-se mais adequado para explicar a existência universal da agricultura de base familiar. Enquanto, na categoria marxista, os pressupostos são frágeis para o desenvolvimento conceitual do campesinato, na tese de Chayanov a unidade familiar agrícola é vista como uma categoria social que preserva sua existência em pleno mundo capitalista, inclusive, fazendo uso do progresso técnico quando os imperativos forem determinados pela lógica da produção da unidade. Em consequência disso, desarraigam-se os elementos internos determinantes da racionalidade econômica, tida como não capitalista. O que há, na contemporaneidade, são redefinições (flexibilizações) constantes na unidade familiar de produção frente ao desenvolvimento e à reprodução capitalista. A permanência dessas formações, mesmo diante do progresso técnico de ponta, imprime, inclusive, em certas situações dinamismo interno para a produção.

2 AGRICULTURA FAMILIAR NA CONTEMPORANEIDADE

As formas de vida camponesa consubstanciadas na família, no trabalho e na terra ajudam a compreender na contemporaneidade não só a identidade social que a representa como a conduta interna que determina a reprodução social da família e da unidade. Em outras palavras, é nela onde “[...] é possível encontrar as *leis da reprodução e do desenvolvimento*” (SPEROTTO apud ABRAMOVAY, 1998, p. 59).

Todavia, para alguns essa tese apresenta limites quanto à estabilidade freqüentemente imputada a estrutura interna da unidade familiar. Não se pode falar contundentemente da manutenção do campesinato nas sociedades contemporâneas, pois o modelo camponês “[...] tende irrefreavelmente à transformação, e no limite, a extinção” (ABRAMOVAY, 1998, p. 57).

Mesmo que o espaço rural mostre especificidade, na atualidade a produção familiar sofre mudanças. Se ela não seguiu o caminho da diferenciação de classe como previam os marxistas, as idéias chayanovistas não permitiram que o núcleo das características da produção camponesa permanecessem (ABRAMOVAY, 1998). É, por exemplo, a constatação da presença da agricultura individual desenvolvida em países representantes do capitalismo avançado. Esse modelo se fundamenta no uso intensivo de capital e na aplicação sistemática do progresso técnico e científico, ou seja, incorpora a lógica produtivista. Aliás, a agricultura individual, calcada na especialização da atividade e na maximização do processo produtivo, é a que tem recebido apoio institucional na comunidade européia. As ajudas do Estado à agricultura, ambigualmente, protegem produtos (grãos e carnes), áreas maiores e grupos de agricultores de ponta (ABRAMOVAY, 2002).

Tais circunstâncias, reforçam, sobremaneira, as alusões dos que vêem na agricultura familiar uma categoria social heterogênea (LAMARCHE, 1993), “[...] que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares” (WANDERLEY, 2001, p. 22), onde o campesinato é uma dessas formas particulares da agricultura familiar, um modo específico de produzir e de viver em sociedade. Diferencia-se, portanto, a natureza social entre o camponês e o agricultor familiar. Para Lamarche (1993), a exploração camponesa é familiar, mas nem todas as explorações familiares são camponesas. É por esse viés que Abramovay (1998) constrói os pressupostos que identificam mudanças de desenvolvimento das formações familiares da agricultura no mundo capitalista hegemônico.

Na sociedade moderna dos países centrais, há uma tendência do campesinato de se despojar de suas características constitutivas tradicionais (ABRAMOVAY, 1998); diferentemente do processo socioistórico ocorrido nesses países, no Brasil, na região do Nordeste, predominantemente, presencia-se a forma camponesa tradicional.⁷

⁷ Cf. capítulo IV da obra *“Paradigmas do capitalismo agrário em questão”*, de Ricardo Abramovay, e o texto de João Carlos Tedesco, intitulado “A lógica produtivista e o camponês: ambigüidades e ambivalências no espaço agrário atual”.

Guardadas as especificidades de tempo e lugar, as raízes do campesinato brasileiro podem ser definidas como o registro de lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade” (WANDERLEY, 2001, p. 37), ou seja, a evolução do pequeno agricultor foi marcada pela precariedade estrutural. Contudo, diferentemente do caso europeu, o espaço da pequena agricultura nacional foi bloqueado e incapacitado de desenvolver todas as suas potencialidades como sistema de produção e de vida social. Mesmo colocada num plano secundário, a agricultura familiar soube sobreviver sob as “barbas” das grandes explorações. Sem contar com estímulo estatal e com a dificuldade de realizar sistemas de produção diversificados como os verificados nos campos da Europa, os camponeses, de forma precária, tiveram de enfrentar os obstáculos que encontravam: 1) praticar agricultura itinerante, 2) isolar-se em áreas mais distantes ou submeter-se a grande exploração, 3) depender exclusivamente da produção de subsistência mínima no sítio ou completar a renda trabalhando nas lavouras alheias, 4) migrar temporária ou definitivamente, 5) ver esgotar os recursos naturais (o solo) nas colônias do sul (WANDERLEY, 2001).

3 O DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NA AGRICULTURA BRASILEIRA

3.1 Pressupostos teóricos

A questão agrária brasileira engloba temas ligados à importância socioeconômica da agricultura familiar, ao desaparecimento do campesinato, aos mecanismos de relações de produção entre agricultura e capital industrial e à reforma agrária. Tema por demais recorrente nas discussões, a reforma agrária não foi efetivamente implementada no Brasil. O desenvolvimento capitalista no campo avançou sem realizá-la. As políticas de estado, de atendimento social aos excluídos da modernização agrária, têm se restringido à concessão de uso da terra.

Com o advento da modernização da agricultura, a questão agrária nacional ganha novas dimensões, interpretações e pressupostos para sua solução. Depois do debate capitalismo *versus* feudalismo, surgem no cenário teórico diversas interpretações acerca do problema agrário brasileiro. Três visões são apontadas por Octávio Ianni (apud SOTO, 2002). A primeira, denominada de “tecnológica”, propõe a solução do problema agrário com base na utilização e difusão de tecnologias industriais a fim de incrementar a produtividade agrícola. Com o golpe militar de 64, essa noção torna-se dominante e prende-se à idéia de expansão das relações sociais capitalistas no campo (IANNI apud SOTO, 2002).

A segunda noção, conhecida como “populista”, defende a volta à comunidade campesina como aquela organização social agrária russa venerada pelos militantes populistas, em finais do século XIX (e por Chayanov no princípio do século XX). A noção propunha preservar e criar as condições para a reprodução social dos camponeses. Para Ianni (apud SOTO, 2002), essa visão é “imaginária” devido à incompatibilidade com o grau de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Integram essa noção alguns setores da Igreja.

A terceira noção, denominada de “radical”, pauta-se na idéia leniniana da aliança operário-camponesa como estratégia política de uma possível revolução socialista. De acordo com Ianni (apud SOTO, 2002), as lutas das Ligas Camponesas na década de 50 foram animadas por essas idéias revolucionárias. A prática política de alguns militantes do Movimento dos Sem Terra adere a esse referencial.

Outras interpretações teóricas sobre as transformações do meio rural brasileiro são descritas por Oliveira (1987; 1991). Ressalte-se, porém, que todas as vertentes de discussão concordam que o processo de desenvolvimento capitalista de produção, na cidade e no campo, são gerais e progressivas por todos os ramos e setores produtivos. As discordâncias aparecem quanto à interpretação do processo, ao modo como o processo se desenvolve no nível das relações. Há autores que vêem no interior da produção agropecuária processo de generalização das relações especificamente capitalista (assalariamento). Esse processo se daria de duas formas:

a) o processo de diferenciação interna, gerado pelas contradições mercadológicas do capitalismo (baixos preços da produção, crises com aplicação de juros altos), tende a destruir o campesinato ou os produtores de subsistência. Tal processo se configuraria na formação de duas classes sociais diferentes: os camponeses ricos (os pequenos capitalistas rurais) e os camponeses pobres, fadados ao assalariamento (os proletários rurais), fenômeno que se parece aos pressupostos leninianos. Conforme aponta Oliveira (1987), um grupo de autores denomina esse processo de “farmerização” do campesinato, fenômeno norte-americano (que se iniciou em meados do século XIX);

b) o processo de modernização do latifúndio, via adoção do progresso técnico, evolui para a formação de empresas capitalistas rurais. O conjunto de autores que seguem essa vertente de interpretação das transformações no campo percebe a persistência de relações não capitalistas como “resíduo em vias de extinção” (OLIVEIRA, 1987; 1991).

Uma outra variante teórica dessa mesma vertente clássica considera os pequenos agricultores familiares (ou camponeses), no dizer de Oliveira (1987), assalariados do sistema, quando esses praticam a agricultura capitalista. A evidência dessa relação é,

por exemplo, o processo de integração vertical e os teóricos “[...] lançam mão de conceitos organizacionais para mostrar as amarras do campesinato ao capital, e sua consequente posição de quase-assalariado” (OLIVEIRA, 1987, p. 8-9). Os camponeses são vistos como um grupo de trabalhadores a domicílio, ou seja, assalariados disfarçados. Note-se que os adeptos dessa tese estão utilizando os pressupostos de Kautsky.

Há, ainda, uma vertente teórica que acredita na permanência de relações não capitalistas de produção (da agricultura camponesa) dentro do próprio processo de desenvolvimento do capitalismo. A base de explicação que gera relações capitalistas e não capitalistas, combinadas ou não, é o modo de produção contraditório intrínseco do sistema de desenvolvimento capitalista. Isso significa que o próprio capital cria e recria relações não capitalistas de produção no campo (OLIVEIRA, 1987, p. 11, 65).

Sem as formas não capitalistas na agricultura, “[...] provavelmente, a produção capitalista entraria em crise. É mediação e expressão de contradições específicas do processo do capital” (MARTINS, 1982, p. 104).

Ambos, Martins e Oliveira, concebem a propriedade familiar não capitalista a partir de seu resultado social da produção, como bastante oposta à da propriedade capitalista. Nesta última, a razão é guiada à obtenção do lucro médio, ao passo que, na primeira, a reprodução dos meios de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade do lucro. Os ganhos do agricultor são regulados pelo seu trabalho e o trabalho de sua família não são ganhos de capital, “[...] exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho” (MARTINS, p. 59).

Nessa ótica contraditória de desenvolvimento capitalista no campo, fundamentalmente, o que acontece é a sujeição do campesinato ao capital, sem que o agricultor seja expulso da unidade de produção, sem que se dê a expropriação de seus meios de produção. O núcleo que sustenta isso é a tese da sujeição da renda da terra ao capital. Com efeito, o mecanismo básico de expansão capitalista no campo se dá pela subordinação da produção das pequenas unidades (OLIVEIRA, 1987). O capital domina, mas não expropria.

Indiretamente, o segmento empresarial capitalista subjuga o trabalho do colono (do pequeno agricultor autônomo) através da mercadoria; fecha-se o caminho da reprodução ampliada da sua condição social de pequeno agricultor independente (MARTINS, 1982).

O embate dessas vertentes teóricas ocorre no contexto das mudanças das relações sociais no agronacional, propriamente, do desenvolvimento capitalista. O quadro de ampliação das relações capitalistas tem sua origem na sociedade agrária tradicional. A

passagem de uma agricultura tradicional para uma agricultura dinâmica tem sido analisada por Silva (1996) e Kageyama (1996), através do processo de transformação do complexo rural para os complexos agroindustriais.

3.2 As transformações no ramo da agricultura

A grande mudança da agricultura no Brasil desde o século XIX até o presente decorre dum processo histórico de passagem do chamado “complexo rural”⁸ para uma dinâmica comandada pelos “complexos agroindustriais”. Conforme Silva (1996) e Kageyama (1996), esse processo envolve a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à indústria, o aumento da divisão do trabalho e das trocas intersectoriais, a especialização da produção agrícola e a substituição das exportações pelo consumo da produção interna como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário.

Para Silva (1996), o elemento básico desse processo histórico é o desenvolvimento do mercado interno no capitalismo. Silva apóia-se na tese construída por Lênin no final do século XIX sobre o debate dos mercados capitalistas. Como referenciado anteriormente, Lênin defendia a tese de que o mercado interno se construía pela emergência e evolução do capitalismo, que promove a industrialização e a crescente divisão social do trabalho. Lênin (1985) já dizia que o progressivo aumento da divisão social do trabalho era o núcleo do processo de formação de um mercado interno numa economia capitalista. Disso resulta a saída da população agrária para os centros industriais, uma clara dinâmica de separação entre a cidade e o campo.

A passagem duma economia natural que era permeada pela “harmonia” da produção assentada na relação homem-natureza para uma nova dinâmica de uma outra “harmonia”, baseada no conhecimento e no controle da natureza e na possibilidade da reprodução artificial das condições naturais da produção agrícola, chama-se “industrialização da agricultura” (SILVA, 1996). Na visão dele, a agricultura como um setor autônomo desaparece, converte-se “num ramo da própria indústria”.

⁸ A dinâmica desse complexo era muito simples e fundamentalmente determinada pelas flutuações do comércio exterior. Apenas um produto em todo o circuito produtivo era geralmente destinado ao mercado externo. Quando os preços das mercadorias caíam no mercado internacional, os recursos, como terra, animais de trabalho e pessoas, eram deslocados para atividades internas, destinadas à subsistência dos trabalhadores e à reprodução material da unidade produtiva. Nas “[...] fazendas produziam-se não só as mercadorias agrícolas para exportação mas também manufaturas, equipamentos simples para produção, transportes e habitação. A divisão do trabalho era incipiente, as atividades agrícolas e manufatureiras encontravam-se indissoluvelmente ligadas, grande parte dos bens produzidos só tinha valor de uso, não se destinando ao mercado” (Kageyama, 1996, p. 116-17).

Para alguns estudiosos, como Veiga (1991), a noção de industrialização da agricultura é ambígua. A singularidade da natureza impõe limites ao industrialismo. A missão histórica do capitalismo “(...) de transcender o caráter limitado e condicionado das formas anteriores de interação com a natureza” (p. 177), não deve superar os mecanismos orgânico-naturais presentes na agricultura. O autor exemplifica dizendo: “Por mais que se desenvolva o progresso técnico da agricultura, o industrialismo não transforma biologicamente a energia do sol em alimentos” (VEIGA, 1991).

Veiga inclina-se mais a aceitar, do ponto de vista eminentemente tecnológico, o duplo processo de apropriação e substitucionismo, cunhado por Goodman, Sorj e Wilkinson (1990), os quais destacam o modo apropriação-desenvolvido pelos capitais industriais da seguinte maneira:

O desenvolvimento capitalista da agricultura é conceituado como o movimento competitivo dos capitais a fim de criar setores de acumulação através da reestruturação de processo recebido de produção rural “pré-industrial”. A indústria gradativamente apropriou-se de atividades relacionadas com a produção e o processamento que, em conjunturas passadas, eram encaradas como elementos integrais do processo de produção rural, baseado na terra (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, p. 6).

Um dos mecanismos da indústria foi se apropriar dos elementos discretos (como os animais e os adubos orgânicos) do processo rural de produção, reincorporando-os à agricultura sob a forma de insumos ou meios de produção (industriais). O outro mecanismo é a ação tendencial de reduzir o produto do agro a um simples insumo industrial, via substituição por componentes não agrícolas (GOODMAN, SORJ e WILKINSON, 1990).

Sem ter tido a competência política para resolver a questão agrária, o Estado, por outro lado, colaborou modificando a base técnica da agricultura nacional. Na década de 70, com a estruturação e a evolução dos complexos agroindustriais, a agricultura brasileira atingiu um importante grau de dinamismo. Conforme Silva (1996), a partir daquele período, houve uma integração técnica intersetorial entre três segmentos bem definidos: as indústrias que produzem para a agricultura, a agricultura propriamente dita e as agroindústrias processadoras.

A moldagem da integração entre os segmentos capitalistas se consolidou quando

as ligações intercapitais não são apenas técnicas, mas sobretudo financeiras. A compra de insumos pela agricultura, por exemplo, impõe-se a princípio como necessidade técnica, mas implica de imediato a necessidade de financiamento. Este não será mais tarefa de agentes isolados (como era o comerciante-prestamista), e sim do “Sistema Financeiro” instalado, o qual se torna um parâmetro a soldar o movimento da agricultura com o movimento geral da economia. Em outros termos, a modernização da agricultura requer a existência de um sistema financeiro construído (concretizado inicialmente no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)) para que possa ser viabilizado e, ao mesmo tempo, esse sistema passa a ser fundamental na soldagem dos CAIs com o movimento global da acumulação (SILVA, 1996, p. 26).

Se o Estado concedeu subsídios e estimulou especialmente os setores vinculados à exportação, o capital (apropriacionista/substitucionista) a montante e a jusante da produção primária foi decisivo na arquitetura da nova dinâmica acumulativa, de dominação técnica, econômica e financeira, proporcionada, segundo Silva (1996), pela qualidade dos vínculos intersetoriais do segmento industrial sobre a parte agrícola do complexo.

Embora, o processo de modernização da agricultura tenha favorecido regiões e produtos exportáveis (cana-de-açúcar, soja, café, algodão, suco de laranja), gerando desigualdades (sem ter modificado a estrutura agrária), parte do segmento da pequena produção, em específico as imbricadas à agroindústria, usufruiu dos créditos e das políticas governamentais.⁹

Wilkinson (1986) faz a seguinte consideração a respeito da subordinação da agricultura à acumulação industrial, via insumos adquiridos pelo agricultor e o processamento final de sua produção. Com efeito, a inclusão da pequena agricultura no complexo tornou-se interessante à medida que “[...] o eixo do lucro mudou da esfera da própria produção agrícola para os setores da produção de insumos e do processamento, [...] [havendo] uma redescoberta paralela da importância do pequeno produtor independente como fornecedor das matérias-primas, e como mercado para os insumos agroindustriais” (WILKINSON, p. 39).

Nesse processo de transação mercadológica, há duas racionalidades diferenciadas e não excludentes: uma, a dos agricultores que buscam manter-se no ramo, renunciando ao lucro; outra, a do segmento industrial, que visa à reprodução ampliada do seu capital. Isso, porém, não quer dizer que a exploração familiar hoje é apenas funcional à

⁹ Cf. o estudo desenvolvido por Wilkinson (1986) sobre as estratégias de modernização do pequeno agricultor no Nordeste brasileiro, através de programas de desenvolvimento rural do Banco Mundial e o Polonordeste.

agroindústria. Por motivos diversos associados à unidade de produção (tamanho da área, nível técnico), redefinições internas podem tanto levar à integração como estratégia consciente de reprodução e sobrevivência familiar quanto articular mecanismo de alocação de trabalho em práticas diversificadas de subsistência (TEDESCO, 2001).

4 NOÇÕES DAS ESPECIFICIDADES DA AGRICULTURA

Em razão das certas particularidades, torna-se interessante ao capital agroindustrial coexistir com as formações familiares de produção, pois os fatores naturais, como os ritmos biológicos da natureza, impõem alguns limites para o desenvolvimento capitalista no campo. Nesse sentido, conforme destaca Abramovay (1998), as particularidades naturais da agricultura são as que limitam o processo de industrialização no campo.

Embora a tese da não-identidade entre tempo de produção e tempo de trabalho efetivo (MANN e DICKINSON, 1987) não seja a prova derradeira da existência da produção familiar na agricultura, pelo menos demonstra alguns desdobramentos da teoria marxista, a qual opõe o ramo da agricultura ao ramo da indústria.

O não-aprofundamento da divisão do trabalho na agricultura, em razão da falta de condições à formação de trabalho coletivo nesse setor, acarreta restrições à penetração capitalista (BREWSTER, SERVOLIN apud ABRAMOVAY, 1998). Portanto, a visão de Abramovay, do desenvolvimento capitalista no campo é contrária à posição leninista de Graziano da Silva, antes mencionada.

Além das barreiras naturais que protagonizam a persistência da agricultura familiar no curso do desenvolvimento capitalista contemporâneo, outros fatores de destaque mantiveram a predominância das explorações familiares. Jean (1994) faz referência aos atributos tecnológicos e ao papel do Estado, tomando-os como elementos-base para a integração da agricultura familiar à moderna economia, sobretudo por adotarem um modo de produzir fortemente competitivo, renunciarem ao lucro, trabalharem intensivamente, receberem salários baixos pelas mercadorias que vendem e adotarem tecnologias modernas no processo produtivo.

Parece contraditório, mas a evolução histórica capitalista não saltou rumo às formações mais evoluídas no agro, como foi profetizado pela corrente marxista-leninista. O que ocorreu, de fato, foi a consolidação da exploração familiar, resultado do próprio desenvolvimento da economia moderna, cujo processo evoluiu no seio dos países representantes do capitalismo avançado. Diz-se, então, que o desenvolvimento da economia capitalista realizou “[...] um excelente casamento com a propriedade agrícola familiar, cujo desenvolvimento ela facilita e consolida” (Jean, 1994, p. 57). A propriedade fami-

liar ou a exploração individual, assinalada por Servolin (apud JEAN, 1994, p. 71), “[...] é uma criação da economia e da sociedade moderna”, que soube responder satisfatoriamente às expectativas dessa sociedade no sentido de produzir alimentos baratos e em quantidade segura à população.

Pode-se dizer, à guisa de síntese e parafraseando Tedesco (1995), que, nesse jogo conflituoso e contraditório, é interessante para o segmento empresarial que exista um contingente de agricultores no meio rural, seja para que vendam seus produtos a preços bem baixos à sociedade, seja para que possam, ao mesmo tempo, ocupar-se em práticas não agrícolas, assim como na produção econômica diversificada, em mercados locais (feiras), ou, então, continuar com os produtos da subsistência e liberar as empresas agroindustriais de uma remuneração mais efetiva das mercadorias produzidas via sistema integrado.

5 À GUIA DE UM FUTURO DEBATE

Espera-se que com essa reflexão teórica do processo de desenvolvimento capitalista na agricultura possamos ter sedimentado as bases para analisar, numa próxima empreitada, os aspectos da sociologia política, das relações de produção verificadas no sistema integrado de produção da fumicultura especialmente.

Adiantamos, porém, que alguns estudos produzidos sobre essa temática repercutiram no sentido de polarizar o debate em duas noções: uns entendem que a agricultura mercantil realizada por agricultores familiares se faz em moldes capitalistas, outros abdicam dessa noção, entendendo que a economia interna das unidades familiares acontece pela cooperação do trabalho em moldes não capitalistas.

Na linha paralela do debate construído, para além das incursões teórico-analíticas enunciadas, destaca-se, o quão valiosa é a continuidade/reprodução da agricultura familiar no cenário histórico e contemporâneo. Trata-se de uma unidade econômica consolidada, permeável a mudanças e, por isso mesmo, política e economicamente resistente: o tempo histórico mostrou a sua importância e permanência e, de forma muito nítida, em todos os países capitalistas de economias de centro (VEIGA, 1991). É provável que o germe de sua reprodução social iniciasse naquelas primeiras subvenções que o Estado moderno fez no continente europeu no final do século XIX, enquanto, aqui no Brasil, no princípio, ela sobreviveu em cima da precariedade.

A formação socioistórica da agricultura familiar, na perspectiva do desenvolvimento agrário, nesse sentido, invoca sobre a mesma um desafio social e um compromisso político na atualidade: redescobrir, ao lado das funções associadas à manutenção da

produção e produtividade, a capacidade de conciliar a conservação e preservação dos recursos naturais, incorporando princípios de sustentabilidade ambiental, econômica e social.

No futuro, o campo envergará os critérios multidimensionais da sustentabilidade? As inúmeras alusões feitas sobre a iniquidade e a destrutividade do atual modelo de agricultura predominante, apontado, sobremaneira, nessas duas últimas décadas, ainda não geraram uma ação efetiva na perspectiva da sustentabilidade do desenvolvimento rural. Vislumbra-se à sociedade e às instituições ligadas ao tema grandes desafios no sentido de operacionalizar o desenvolvimento e a transição agroambiental no espaço agrário, focando aquelas multidimensões propostas pela sustentabilidade.

Entretanto, é salutar o registro de manifestações positivas de agentes protagonistas da transição em várias regiões do país. É o caso, por exemplo, da recente ação de grupos de agricultores familiares voltada às práticas produtivas sustentáveis, numa região tradicionalmente produtora de fumo, o Vale do Rio Pardo (RS), sob a égide do padrão tecnológico convencional. Isso, porém, é o tema de outra discussão, a qual já iniciamos como pesquisa de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Agronomia da Universidade Federal de Pelotas.

6 BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2. ed. Campinas: Unicamp/Hucitec, 1998. 275 p. (Estudos rurais).

ABRAMOVAY, Ricardo. Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola europeia. *Revista de economia e sociologia rural* - SOBER, Brasília: Sober, v. 40, n. 2, p. 235-264, abr./jun. 2002.

AMIN, Samir. O capitalismo e a renda fundiária: a dominação do capitalismo sobre a agricultura. In: AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. *A questão agrária e o capitalismo*. Trad. de Beatriz Resende. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 11-40 (Pensamento crítico, 15).

ARCHETTI, Eduardo P. Apresentação. In: CHAYANOV, Alexander, V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. p. 07-21.

CHAYANOV, Alexander, V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 333 p.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Trad. de Carlos E. B. de Souza e Carlos Schlottfeld. Rio de Janeiro: Campus, 1990. 192 p.

JEAN, Bruno. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. *Cadernos de Sociologia* - Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS/Ufrgs, Porto Alegre, v. 6, p. 51-75, 1994.

KAGEYAMA, Ângela (Coord.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. (Org.). *Agricultura e políticas públicas*. 2. ed. Brasília: Ipea, 1996. p. 113-128.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. Trad. de C. Iperoig. 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. p. 329. (Proposta universitária).

LAMARCHE, Hughes (Coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Trad. de Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 11-33.

LÊNIN, Vladimir I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. Trad. de José P. Netto. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. 1-121. (Os Economistas).

MANN, Susan A.; DICKINSON, James M. Obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista. *Literatura Econômica*, Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, v. 9, n. 1, p. 7-26, fev. 1987.

MARTINS, José de S. *Expropriação & violência: a questão política no campo*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 45-66; 95-106.

NETTO, José, P. Apresentação. In: LÊNIN, Vladimir I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. Trad. de José P. Netto. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. VII - XXI. (Os Economistas).

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. p. 18-65. (Coleção caminhos de geografia).

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. *Modo capitalista de produção e agricultura*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987. 88 p. (Série princípios).

SHANIN, Teodor. El último Marx: dioses y artesanos. In: _____. *El Marx tardío y la vía Rusa: Marx y la periferia del capitalismo*. Madrid: Editorial Revolucion, 1990. p. 13-58.

SILVA, José Graziano da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp/IE, 1996. p. 01-40.

SOTO, William Héctor G. *A produção de conhecimento sobre o "mundo rural" no Brasil: as contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002. p. 13-55.

TEDESCO, João C. A lógica produtivista e o camponês: ambigüidades e ambivalências no espaço agrário atual. *Revista Teoria e Evidência Econômica* - UPF, Passo Fundo, n. 6, ano 3, p. 31-48, nov. 1995.

TEDESCO, João C. Contratualização e racionalidade familiar. In: _____ (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectiva*. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 107-148.

VEIGA, José E. da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: USP/Hucitec, 1991. 219 p. (Estudos rurais, 11).

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João C. (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 21-55.

WILKINSON, John. *O Estado, a agroindústria e a pequena produção*. São Paulo: Hucitec/CEPA, 1986. p. 15-69, 197-211.

SYNOPSIS

THE AGRARIAN DEVELOPMENT ON THE SCIENTIFIC DEBATE: A PARADIGMATIC REFLECTION SINCE THE CLASSICS

The studies of the agrarian world and the relationships of production in capitalism have been the aim of an attentive political and academic debate, illuminated by different theoretic streams. On the horizon of this debate, the enrichment of comprehension and the effectiveness of the contemporaneous family agriculture development. In this article, we have built an analysis that, supported by the main paradigms and authors of sources, rebuilds, historically, the issue of the agrarian development on the scientific and sociological fields, bearing in mind the global and national scenarios. The analysis that we made, in the way that focuses on the clarification of the different theoretical approaches, directed to the demonstration of validity and potential of contribution of the works/authors studied, to assist – without manicheism and slangs – until the building of a new sintesis about the theme on the canvas.

Key-words: agrarian development, family agriculture, relationships of production.

SINOPSIS

EL DESARROLLO AGRARIO EN EL DEBATE CIENTÍFICO: UNA REFLEXIÓN PARADIGMÁTICA A PARTIR DE LOS CLÁSICOS.

El estudio del mundo agrario y de las relaciones de producción en el capitalismo, ha sido albo de un atento debate político y académico, iluminado por diferentes corrientes teóricas. En el horizonte de este debate están el enriquecimiento de la comprensión y el establecimiento del desarrollo de la agricultura familiar contemporánea. En el presente artículo construimos un análisis que, apoyada en los principales paradigmas y autores fuente, recompone históricamente la cuestión del desarrollo agrario en los terrenos científico y sociológico, teniendo en cuenta los escenarios global y nacional. El análisis que hacemos, al paso que foca en la clarificación de los diferentes enfoques teóricos, se dirige a la demostración de la validez y al potencial de contribución de las obras / autores en estudio para subsidiar – sin maniqueísmos y modismos – a la edificación de una nueva síntesis del tema en cuestión.

Palabras clave: desarrollo agrario, agricultura familiar, relaciones de producción.